

Menos 247km² de florestas na Amazônia

Categories : [Reportagens](#)

Nesta terça-feira o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) divulgou que a Amazônia Legal teve 247,6 km² de desmatamento ou degradação em outubro e novembro de 2009. De acordo com o instituto, não foi possível avaliar a devastação da floresta em dezembro por causa da grande quantidade de nuvens sobre a região. Por esse mesmo motivo, os técnicos do INPE ressalvam que os dados apresentados podem não representar uma interpretação fiel do que aconteceu no bioma nos últimos meses do ano passado. Mesmo assim, concluíram que em outubro de 2009 a Amazônia registrou 175,5 km² de agressões e, em novembro, mais 72,1 km². Ainda de acordo com o INPE, 64% das áreas sofreram corte raso e 23% degradação florestal de intensidade alta.

Dos 175,5 km² de desmatamento detectados em outubro, o Pará foi responsável por 67,79 km², o Mato Grosso por 41,60 km² e o Amazonas por 32,97 km². O maior estado brasileiro, que não costumava figurar entre os maiores desmatadores, ultimamente tem apresentado crescentes índices de desmate por conta da expectativa de asfaltamento da BR-319. Segundo Paulo Adário, do Greepeace, a influência da BR na degradação da floresta se dá em duas frentes: as unidades de conservação que foram (ou ainda serão) criadas no Pará empurram os desmatadores destas áreas para estados vizinhos, como o Amazonas, e a notícia da pavimentação aumenta a especulação das áreas no entorno da rodovia. “Aconteceu a mesma coisa no governo do Fernando Henrique Cardoso, quando se falou em repavimentar a transamazônica”, disse.

O sistema de monitoramento do INPE também identificou que, em novembro, quando já chovia forte na maioria dos estados amazônicos, a liderança no desmatamento continuou com os paraenses. Neste estado, foram desmatados 40,30km², seguido pelo Maranhão, com 18,72 km² desmatados, e Mato Grosso, com 8,33km². Além das chuvas, os números são sensivelmente mais baixos porque as nuvens impediram que os satélites enxergassem 51% da Amazônia Legal nesse período. No acumulado do ano, de primeiro de janeiro a 30 de novembro de 2009, o Deter identificou 3.104km² de desmatamentos na Amazônia Legal, com destaque novamente para Pará, Mato Grosso e Rondônia.

Ainda segundo Adário, quando analisados os números do acumulado do ano, 2009 apresenta uma clara queda no desmatamento, refletido também no volume de madeira exportada: em 2008 cerca de 5 milhões de metros cúbicos de madeira saíram do país; em 2009 foram 2,7 milhões. Mas o conjunto de forças econômicas que levam ao desmatamento, segundo ele, ainda não está dominado, por isso o Brasil não tem o comemorar. “As commodities jamais tiveram um espaço tão grande nas exportações brasileiras, disse.

O Deter é o sistema mais ágil de identificação de desmatamentos de que o governo dispõe, mas também mais impreciso. Ele consegue enxergar áreas maiores do que 25 hectares e envia alertas a cada 15 dias para as equipes do Ibama em campo, para que elas realizem a verificação no local.

O que esperar para 2010

Levantamentos mostram que em anos eleitorais o desmatamento tende a crescer. O ano de 2010 não promete ser diferente. O auge do período em que ocorre maior degradação, a partir de junho, vai coincidir com o auge da campanha eleitoral e, mesmo apresentando uma curva decrescente no desmatamento ao longo de 2009, quem trabalha diretamente com a floresta acredita que a queda não vai se sustentar.

Segundo Paulo Barreto, do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), mesmo que em nível nacional exista pressão para conter as motosserras, localmente os governos não vão adotar uma postura pró-ambiente. Atender aos interesses de madeireiros e produtores de soja pode ser crucial na hora de fechar as contas da campanha. “Esse ano vai ser interessante, pois duas forças estarão competindo. Vamos testar se a pressão [pela redução do desmatamento] vai funcionar. Eu estou apostando que vai crescer [o desmatamento]”, disse Barreto.

Paulo Adário, do Greepeace, concorda com Barreto sobre a força dos interesses locais de estados e municípios da Amazônia na conta do desmatamento. “A nossa experiência na Amazônia mostra que em todo ano eleitoral a autoridade fiscalizatória tende a ficar mais generosa. Sabemos que muitos deputados e até governadores têm ligação com a indústria madeireira, então isso pode influenciar no aumento do desmatamento”, prevê Adário.